

III SEMINÁRIO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE
PROTEÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

25 A 26 DE JUNHO DE 2025 - VITÓRIA - ES



REALIZAÇÃO:



CORREALIZADORES:



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



CEAF
Centro de Estudos e
Assesmentamento Funcional



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



MPF EM DEFESA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Leandro Mitidieri

Coordenador do GT de UCs do MPF
Doutor em Sociologia e Direito - UFF
Mestre em Direito Constitucional – UFF

III SEMINÁRIO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

25 A 26 DE JUNHO DE 2025 - VITÓRIA - ES

Convenção sobre Diversidade Biológica (ECO-92)

Meta 11 das "Metas de Aichi" (2010)

Até 2020,
17% de áreas terrestres
10% de áreas marinhas e costeiras

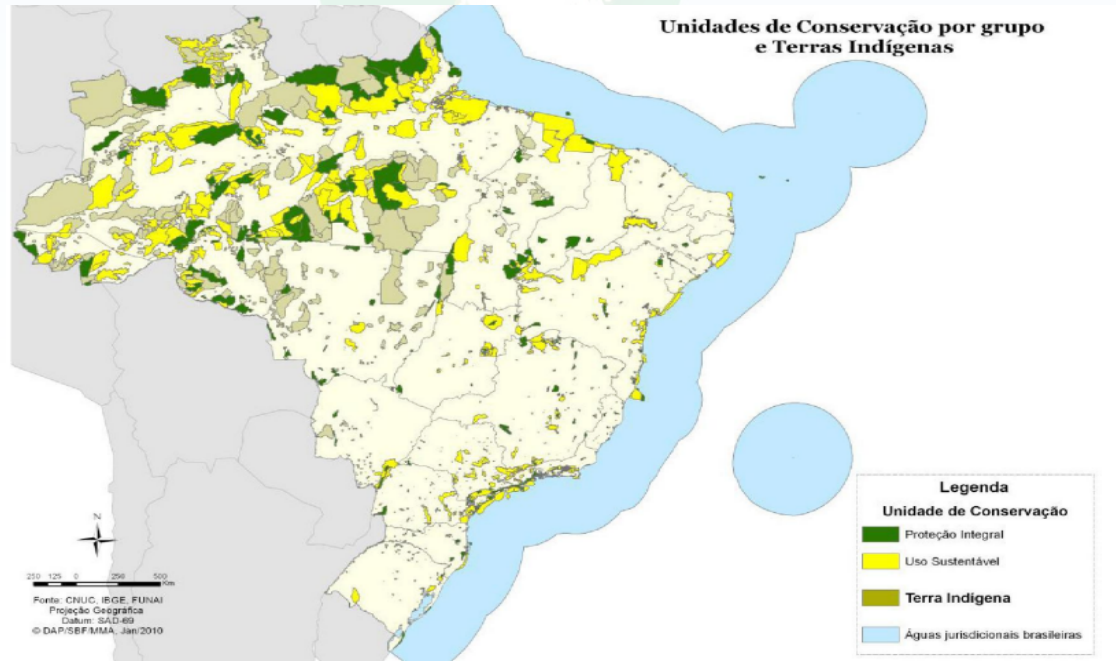


III SEMINÁRIO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

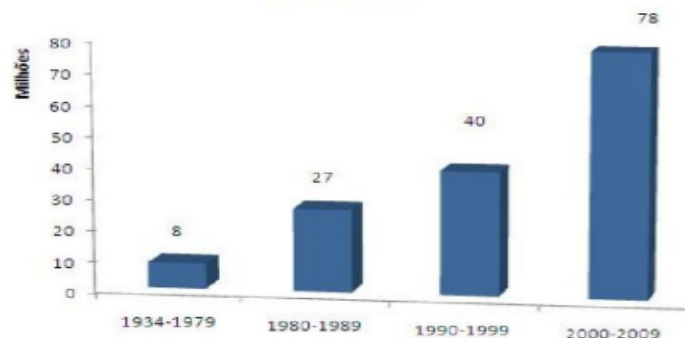
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

25 A 26 DE JUNHO DE 2025 - VITÓRIA - ES

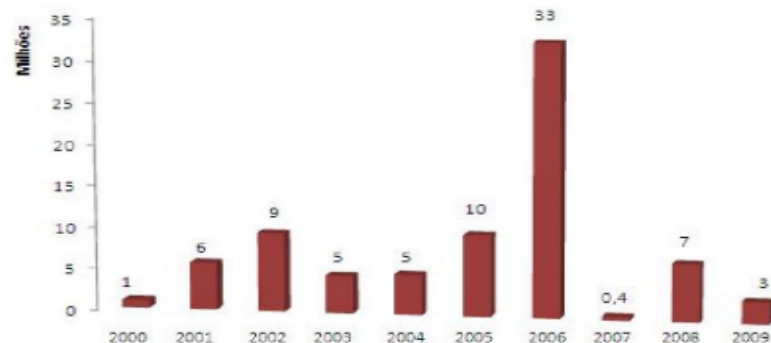
**Brasil, de 2003 a 2009:
cerca de 75% das áreas protegidas criadas no mundo**



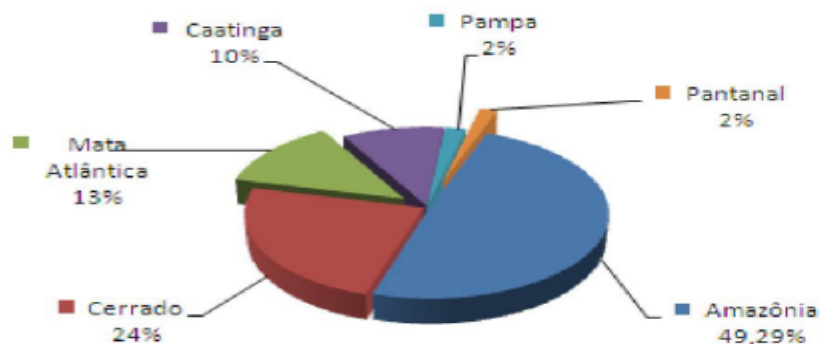
Histórico de Criação de UCs Federais e Estaduais (hectares)



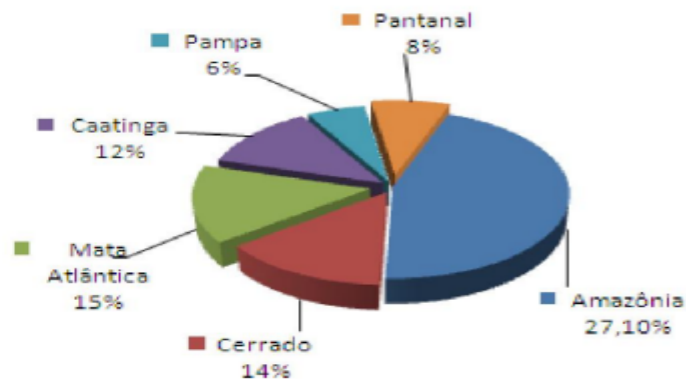
Criação de UCs 2000 - 2009 (hectares)



Área Total do Território Brasileiro e os Biomas Continentais



Área Total Protegida no Brasil por UCs Federais e Estaduais (SNUC)



4 novas unidades de conservação marinhas em 2018: Brasil salta de 1,5% para 25%



Ação coordenada

MPF EM DEFESA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

313 - unidades de conservação federais (2014)

173 - não tinham plano de manejo

50 - não tinham conselho formado

297 - não tinham concluído a consolidação territorial



III SEMINÁRIO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

25 A 26 DE JUNHO DE 2025 - VITÓRIA - ES

Documentos do Núcleo Op. Estudos Técn. - UCs - CMA/CNMP

Regularização das Unidades de Conservação

https://abrampa.org.br/file?url=/wp-content/uploads/2025/04/diretrizes_regularizacao_Unidades-de-Conservacao.pdf



REGULARIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: SISTEMATIZAÇÃO DOS REQUISITOS NORMATIVOS E DIRETRIZES PARA A GARANTIA DE ADEQUADA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO¹

¹ Documento de autoria da CMA/CNMP, por meio do Núcleo Operacional e Estudos sobre Unidades de Conservação, e da ABRAMPA, elaborado sob a coordenação de Alexandre Gato (Promotor de Justiça MPPI e Presidente da ABRAMPA), Ivana Lúcia Franco Cai (Procuradora de Justiça MPAP, Conselheira do CNMP e Presidente da CMA) e Tarcila Santos Brito Gomes (Promotora de Justiça MPQO e membro auxiliar da CMA/CNMP), com a participação da equipe jurídica do projeto ABRAMPA pelo Clima, por meio das advogadas Vivian Maria Pereira Ferreira (OAB/SP nº 313.405), Camila Barros de Azevedo Gato (OAB/SP nº 174.848) e Raquel Fracão Rosner (OAB/SP nº 464.680) e do assessor Gabriel Vicente Andrade. O presente documento contou com apoio, revisão técnica e contribuições dos seguintes membros do Núcleo Operacional e de Estudos Técnicos sobre Unidades de Conservação: Alexandre Gato - Promotor de Justiça MPPI (coordenador do núcleo), Alberto Fonseca - Promotor de Justiça MPAL; Aldelaine Melhor Barbosa - Promotora de Justiça MPSE; Augusto César Carvalho de Matos - Promotor de Justiça MPBA; Aures Emilia Bezerra Madruga - Promotora de Justiça MPPI; Danielle Lucena da Costa Rocha - Promotora de Justiça MPPI; Edson Vermeulen Carvalho Grade - Promotor de Justiça MPPI; Giovanni Ferri - Promotor de Justiça MPPI; José Godofredo Pires dos Santos - Promotor de Justiça MPPI; Juliano de Barros Araújo - Promotor de Justiça MPQO; Lavinia Silveira De Mendonça, Promotora de Justiça - MPAL; Leandro Midelet Figueiredo, Procurador da República - MPF; Luciano Furtado Loubet, Promotor de Justiça - MPMS; Lucas Pardini Gonçalves, Promotor de Justiça - MPMG; Luis Fernando Cabral Barreto Junior, Promotor de Justiça - MPMA; Naysara Amos Da Castro Lazzari, Promotora de Justiça - MPQO; Rejane Srieder Centellas, Promotora de Justiça - MPFE; Sílvia Cappelli, Procuradora de Justiça - MPES; Thiago Marques Vieira, Promotor de Justiça - MPCE; Tarcila Santos Brito Gomes, Promotora de Justiça - MPQO e Membro Auxiliar da CMA; Wagner Eduardo Vasconcellos, Promotor de Justiça - MPES; Wilson Rocha Fernandes Assis, Procurador da República - 4ª CCR-MPF; dos Diretores de Publicações Técnico-Jurídicas da ABRAMPA, Ivan Carneiro Castanheira (NFSF) e Carlos Alberto Valera (MPMG); de Flávia Campassi e Leide Takahashi (Fundação Grupo Boticário), e de Érika Guimarães (WWF Brasil).

III SEMINÁRIO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

25 A 26 DE JUNHO DE 2025 - VITÓRIA - ES

Documentos do Núcleo Op. Estudos Técn. - UCs - CMA/CNMP

Mecanismos e instrumentos econômico-financeiros para a regularização, implementação e gestão das UCs

- Compensação de Reserva Legal
- Compensação ambiental
- Contribuição financeira decorrente de abastecimento de água ou uso de recursos hídricos
- Contribuição financeira decorrente da geração e distribuição de energia elétrica
- Taxa de visitação e demais rendas
- Créditos de carbono
- Concessões florestais
- Programas de adoção
- Concessões, autorizações e permissões de uso de bens públicos
- Pagamento por Serviços Ambientais

III SEMINÁRIO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

25 A 26 DE JUNHO DE 2025 - VITÓRIA - ES

Compensação Ambiental

SNUC

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de **empreendimentos de significativo impacto ambiental**, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a **apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral**, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.(Regulamento)

III SEMINÁRIO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

25 A 26 DE JUNHO DE 2025 - VITÓRIA - ES

Painel Executivo de Compensação Ambiental (maio de 2025)

R\$ 1.927.544.950,70 disponíveis (cerca de 2 bilhões)

R\$ 353.358.601,37 em execução (cerca de 350 milhões)



R\$ 551.884.894,48 executados (cerca de 550 milhões)

Filtros

Download

Compensação Ambiental – Resumo Executivo

Dados do painel atualizados em: 12/05/2025 08:32:52
Painel desenvolvido pela COMAG/CGPLAN/DIMAN



R\$ 1,928 Bi

Valores Disponíveis

Por Modalidade

Execução Via fundo R\$ 1,688 Bi

Orçamento R\$ 0,240 Bi

Por Ação

Regularização fundiária	R\$ 1,128 Bi
Implementação da UC	R\$ 0,644 Bi
Plano de manejo	R\$ 0,108 Bi
Pesquisa	R\$ 0,027 Bi
Plano de manejo ou pr...	R\$ 0,019 Bi
Criação de UC	R\$ 0,000 Bi
Viabilidade econômica	R\$ 0,000 Bi

Qtd de Unidades de Conservação: 332

R\$ 353,859 Mi

Valores em Execução *

Por Modalidade

Execução Via fundo R\$ 0,351 Bi

Orçamento R\$ 0,003 Bi

Por Ação

Implementação da UC	R\$ 242,858 Mi
Regularização fundiária	R\$ 90,796 Mi
Plano de manejo	R\$ 12,690 Mi
Pesquisa	R\$ 6,370 Mi
Plano de manejo ou pr...	R\$ 0,918 Mi
Criação de UC	R\$ 0,226 Mi

* Valor reservado para atendimento das demandas

Valores Previstos FCA (R\$) *

R\$ 1,563 Bi

Por Ação

Regularização fun...	R\$ 0,879 Bi
Implementação da...	R\$ 0,624 Bi
Pesquisa	R\$ 0,032 Bi
Plano de manejo	R\$ 0,028 Bi
Plano de manejo o...	R\$ 0,000 Bi
Criação de UC	R\$ 0,000 Bi
Viabilidade econô...	R\$ 0,000 Bi

* Valores previstos nos parcelamento dos termos de compromisso de compensação ambiental assinados com os empreendedores.

Valores Destinados (Não Disponíveis) *

R\$ 800,796 Mi

Por Ação

Regularização fun...	R\$ 0,446 Bi
Implementação da...	R\$ 0,306 Bi
Plano de manejo	R\$ 0,028 Bi
Pesquisa	R\$ 0,017 Bi
Criação de UC	R\$ 0,003 Bi
Plano de manejo o...	R\$ 0,001 Bi

* Montante destinado para a unidade de conservação ainda não disponível para uso, pendente de celebração de Termo de Compromisso junto ao empreendedor.

Valores Executados

R\$ 551,885 Mi

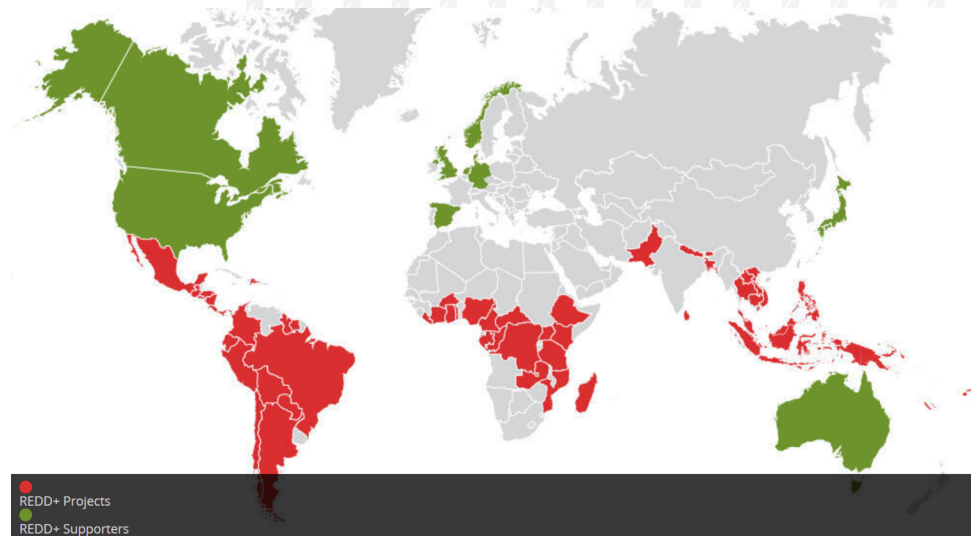
Por Modalidade

Execução Via fundo	R\$ 0,298 Bi
Orçamento	R\$ 0,203 Bi
Execução Direta	R\$ 0,051 Bi

Por Ação

Regularização fundiária	R\$ 0,354 Bi
Implementação da UC	R\$ 0,185 Bi
Pesquisa	R\$ 0,008 Bi
Plano de manejo	R\$ 0,005 Bi
Plano de manejo ou p...	R\$ 0,000 Bi

Crédito de Carbono



III SEMINÁRIO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

25 A 26 DE JUNHO DE 2025 - VITÓRIA - ES

Crédito de Carbono

DIFERENÇAS ENTRE OS MERCADOS REGULADO E VOLUNTÁRIO DE CARBONO

REGULADO		VOLUNTÁRIO
O Protocolo de Quioto, assinado em 1997, instituiu o conceito de mercado regulado de créditos de carbono		Empresas, ONGs, instituições, governos ou mesmo cidadãos podem tomar a iniciativa de reduzir as emissões voluntariamente
Mas o acordo só entrou em vigor em 2005 devido à espera pela adesão de países que representassem 55% das emissões mundiais		Os créditos de carbono (ou VERs – Verified Emission Reduction, em inglês) podem ser gerados em qualquer lugar do mundo
Nessa modalidade, os países possuem metas de reduções a serem cumpridas de forma obrigatória		Eles são auditados por uma entidade independente do sistema das Nações Unidas e não valem como redução de metas dos países

FONTE: A PARTIR DE INFORMAÇÕES DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (UNFCCC)

MPPA e MPF lançam nota técnica
PARÁ 08/07/23

clima**info**

USO DA TERRA NOTÍCIAS

MPF entra na Justiça para suspender projeto de crédito de carbono do governo do Amazonas

Ação inclui FUNAI e aponta que comunidades indígenas da região não passaram pela consulta prévia, livre e informada, direito garantido na Convenção 169 da OIT.

Bruno Kelly/Amazonia Real

Compartilhe

MPF lança roteiro de atuação para fortalecer proteção de povos tradicionais no contexto do mercado de carbono

Lançamento ocorreu no Encontro Nacional da Câmara de Populações Indígenas e Comunitárias do MPF, realizado em Belém (PA)

III SEMINÁRIO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

25 A 26 DE JUNHO DE 2025 - VITÓRIA - ES

Crédito de Carbono

Sancionada lei que regula mercado de carbono no Brasil

Da Agência Senado | 12/12/2024, 11h56

LEI Nº 15.042, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024

Art. 48. Consideram-se áreas aptas ao desenvolvimento de projetos e programas de geração de créditos de carbono e de CRVE, observados os princípios do art. 4º desta Lei e os demais requisitos estabelecidos neste Capítulo:

- I – as terras indígenas, os territórios quilombolas e outras áreas tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais;
- II – as **unidades de conservação** previstas nos [arts. 8º e 14 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), desde que não vedado pelo plano de manejo da unidade;

III SEMINÁRIO UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

25 A 26 DE JUNHO DE 2025 - VITÓRIA - ES